11º Encontro Internacional de Política Social
18º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Entre o capital e a vida: questão social, crise ambiental e resistências
Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Política Social: fundamentos histórico-teóricos, análise, avaliação e financiamento

A intervenção estatal na urbanização de Recife nos anos 1980

Adilson Aquino Silveira Júnior[1]

Beatriz Sobral Galindo[2]

Resumo: O artigo trata das tendências e do significado da intervenção estatal no processo de urbanização do Recife durante a década de 1980. Trata-se de uma pesquisa de reconstrução histórica, de natureza documental e caráter exploratório, que possui como fonte de dados os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) de estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) produzidos entre 1971 e 1989. Inicialmente, aborda o debate sobre o processo de urbanização no capitalismo e a mediação do Estado. Em seguida desenvolve uma caracterização da Intervenção do Estado no âmbito da urbanização na capital pernambucana durante a crise do ciclo ditatorial.
Palavras-chave: serviço social; urbanização; estado; Pernambuco.

State intervention in the urbanization process of Recife in the 1980s

Abstract: This article addresses the trends and significance of state intervention in the urbanization process of Recife during the 1980s. It is a historical reconstruction study, documentary in nature and exploratory in character, using as its data source the undergraduate theses (TCCs) of Social Work students from the Federal University of Pernambuco (UFPE) produced between 1971 and 1989. Initially, it discusses the debate on the urbanization process in capitalism and the mediation of the State. Then, it develops a characterization of State intervention in the context of urbanization in the capital of Pernambuco during the crisis of the dictatorial cycle.
Keywords: social work; urbanization; state; Pernambuco.

1. Introdução

Este texto trata das tendências e do significado da intervenção estatal no processo de urbanização do Recife durante a década de 1980. Apresenta os resultados parciais de uma pesquisa mais ampla em torno do resgate da atuação profissional do Serviço Social nas políticas de urbanização e habitação em Pernambuco na crise da Ditadura. Em sua integralidade, além de contemplar esse aspecto da intervenção estatal, a referida pesquisa tem se debruçado, ainda, sobre as demandas criadas pelas expressões da "questão social" no meio urbano no contexto socioeconômico e cultural da Ditadura; e as estratégias utilizadas pelo Serviço Social para responder às demandas imediatas da urbanização

[1] Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e afiliação professor do Departamento de Serviço Social da UFPE. Email: adilson.aquino@ufpe.br.

[2] Discente de Serviço Social da UFPE. Email: beatriz.sobral@ufpe.br

durante o ciclo ditatorial.

Trata-se de uma pesquisa de reconstrução histórica, de natureza documental e caráter exploratório, que possui como fonte de dados os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) de estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) produzidos entre 1971 e 1989. Os TCCs foram disponibilizados pelo acervo do *Projeto de Extensão Memória e História do Serviço Social em Pernambuco (MEHSSPE)*, que tem contribuído com o acesso público à memória e a realização de estudos relacionados ao resgate da trajetória do Serviço Social em Pernambuco e no Nordeste. O levantamento dos TCCs utilizou como subsídio a catalogação de documentos institucionais da UFPE disponibilizada em *Renovação do Serviço Social em Pernambuco na Ditadura: inventário do acervo* (MEHSSPE, 2024). Tomando por base o inventário, foram selecionados 65 TCCs nos quais foram detectados registros de experiências de estágio com incidência do plano da urbanização. Destes, foi separada uma amostra de 13 trabalhos que ganharam mais relevância, por atenderem aos seguintes critérios: serem relatos de experiência de estágio realizados em Recife; contarem com a presença de discussão sobre ocupação urbana e lutas pela posse da terra; e incluírem o processo de urbanização como uma mediação para as estratégias de integração do meio comunitário a institucionalidade ou como via de atendimento das reivindicações populares.

2. Capitalismo, urbanização e Estado

O processo de industrialização no Brasil se consolidou após a II Guerra Mundial, revelando um caráter tardio, acelerado e sem planejamento. Esse processo ganhou maior intensidade a partir do governo de Getúlio Vargas, em que se testemunhou a abertura de um estágio desenvolvimentista no país, expresso através do fortalecimento da indústria de base e da substituição de importações (Blanco Júnior, 2020). Os governos subsequentes, com destaque para os anos de Juscelino Kubitschek e, depois, com o ciclo ditatorial aberto com o golpe de abril de 1964, aprofundaram as tendências contraditórias do desenvolvimento capitalista dependente. A modernização e urbanização que se sucederam no país, determinadas por seu caráter conservador, desigual e combinado, acabaram por revelar seus rebatimentos em Recife, deixando marcas na paisagem e na população da capital de Pernambuco.

Em *Veneza Americana X Mucambópolis*, Gominho (1999) explora a experiência do Estado Novo em Recife, através da memória coletiva. No ambiente da cidade, foi tradicionalmente definido como principal "problema social", pelo estado interventor, a existência dos mocambos, que criavam um quadro destoante da imagem de progresso que os agentes do Estado buscavam propagandear. Nota-se que a questão da habitação precária e da moradia popular, ainda presente nos dias atuais, não é uma problemática nova, visto que, segundo relato no jornal *Folha da Manhã* (1937, p. 3, *apud* Gominho, 1999, p. 20), no Recife podia-se verificar apenas "[...] duas espécies de moradia: a dos ricos e a dos miseráveis". Dessa forma, para moldar a imagem de um Brasil novo e moderno, a extinção do mocambo foi defendida pelo poder público como inadiável. A política de urbanização do Estado Novo, além de atuar nos espaços da cidade, promoveu também uma campanha de mudanças de hábitos, procurando remover os traços rurais e provincianos da capital. No contexto de um governo que tinha como legitimidade o discurso de uma política para o povo, ao mesmo tempo em que não permitia o direito ao voto e ameaçava ideologias que divergiam do regime, a urbanização de Recife tomou corpo.

Apesar desses esforços, as iniciativas do Estado Novo foram prejudicadas pela alta inflacionária da época, e os mocambos não foram extintos, sendo apenas realocados do centro da cidade. Considerando que o incentivo à construção de habitação popular, nesse caso, foi inspirado em exemplos como os da Inglaterra e Alemanha, vale atentar à reflexão de Engels (2015, p. 96) em torno do tema, baseada precisamente na experiência britânica. Quando se propõe a discutir sobre como a burguesia lida com a questão habitacional, afirma: "Os focos de epidemias, as covas e os buracos mais infames em que o modo de produção capitalista trancafia nossos trabalhadores noite após noite não são eliminados, mas apenas *transferidos para outro lugar*!". Para Engels (2015, p. 67), o problema da habitação não era conjuntural, e não poderia ser resolvido individualmente. Ao contrário, as leis que regiam a produção capitalista constituíam a base da crise habitacional, visto que "[...] numa sociedade desse tipo, a escassez de moradia não é um acaso; é uma instituição necessária, que só pode ser eliminada, com repercussões sobre a saúde etc., quando a ordem social da qual ela se origina for revolucionada desde a base". No fundo, encontravam-se as contradições entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre cidade e campo, entre a burguesia e o proletariado, estabelecidas por esse modo de produção, orientado para acumulação e movido pela expansão.

Entende-se, assim, que o capital transforma o solo urbano em ferramenta para sua reprodução, ao mesmo tempo em que dirige para a cidade sua ação concentradora dos meios de produção e do próprio aparelho jurídico-político. Harvey (2012) defende que a urbanização é um fenômeno de classe, visto sua dependência da mobilização do excedente, e conexão com o desenvolvimento do capitalismo. Para isso, o autor volta sua análise à Paris de 1851 em crise, no contexto do golpe e ascensão de Napoleão Bonaparte. Para lidar com o capital excedente ocioso, o autoproclamado imperador se utilizou de uma estratégia de investimento em infraestrutura interna e externamente, encarregando Georges-Eugène Haussmann das obras públicas urbanas. Haussmann transformou a reconstrução de Paris em um meio de estabilização social, movimentando e redesenhando não apenas a infraestrutura urbana, como também o estilo de vida da população, transformando a cidade em um centro de consumo e lazer. Por outro lado, a utilização da transformação urbana como forma de absorção do excedente se utilizou da violência da expropriação em nome do desenvolvimento, empurrando grande parte da classe trabalhadora para as periferias da cidade, distantes do centro, onde eram considerados uma ameaça à ordem pública. Ao fazer isso, Haussmann foi um exemplo burguês de como lidar com a questão habitacional. Para Engels (2015, p. 94) "[...] a burguesia só tem um método para resolver a questão da moradia do seu jeito – isto é, resolvê-la de tal maneira que a solução sempre volta a suscitar o problema. Esse método se chama 'Haussmann'". O barão expandiu o subúrbio e reformulou bairros, com uma estrutura que, ademais, objetivava dificultar a formação de barricadas operárias.

O exemplo de Paris na época, onde a cidade se alterava sob os desígnios burgueses, como campo de luta de classe, e espaço de opressão para a maioria de seus habitantes, influenciou o urbanismo em todo o mundo. O projeto de reforma do Recife, já no contexto da Ditadura de 1964, na década de 1970, se inspirou nas reformas urbanas parisienses, principalmente no sentido de substituir os labirintos urbanos por largas avenidas, planejadas para receber edificações e evitar aglomerados. Com Haussmann em mente, que "[...] criou uma forma urbana onde, acreditava-se – incorretamente, como se evidenciou em 1871 – que um nível suficiente de vigilância e controle militar poderia assegurar que o movimento revolucionário seria facilmente submetido" (Harvey, 2012, p. 82), o prefeito de Recife, Augusto Lucena (1971-1975), e os segmentos de classe representados por ele, objetivavam tornar o centro do Recife uma área passível de sociabilidade vigiada, se utilizando de mecanismos para contrarrestar a politização da vida urbana (Nascimento, 2014).

Nesse sentido, a conjuntura política da ditadura civil-militar se utilizou do planejamento como ferramenta de condução do desenvolvimento industrial brasileiro, de modo que o conjunto de medidas implementadas após o golpe de 1964 pode ser considerado o auge do planejamento urbano no Brasil (Viegas, 2020). Isso funcionava com o ideal de controle representado na ideologia da segurança nacional, onde o Estado era o regulador autocrático de uma sociedade integrada, em que as regiões deveriam responder ao projeto nacional de integração e industrialização para diluir os "desequilíbrios regionais". Isso aconteceu por meio de desapropriações para fins industriais em decorrência dos aspectos sociais, devido à dissociação da política urbana da justiça social. Ao não relacionar as políticas públicas com soluções para as desigualdades causadas pelo desenvolvimento econômico e pela urbanização sem planejamento, as periferias e favelas cresceram (Viegas, 2020).

Para melhor entender as formas de intervenção do Estado no processo de urbanização da cidade, faz-se necessário caracterizá-lo. Iamamoto e Carvalho (2011, p. 87-88) destacam a importância decisiva do Estado na reprodução das relações sociais, como legislador e como controlador das forças repressivas, no sentido de assegurar os interesses da classe dominante.

> O Estado, como centro de exercício do poder político, é a vida privilegiada através da qual as diversas frações das classes dominantes, em conjunturas históricas específicas, impõem seus interesses de classe ao conjunto da sociedade, como ilusório interesse geral. [...] Porém, se o poder de Estado exclui as classes dominadas, não pode desconsiderar totalmente suas necessidades e interesses como condição mesma de sua legitimação (Iamamoto e Carvalho, 2011, p. 87-88).

Considerando seu papel como agente capitalista e ordenador do espaço urbano, a legislação torna-se uma ferramenta de controle da terra urbana. Dessa forma, através das leis urbanísticas (leis de uso e ocupação do solo, por exemplo) e da oferta de serviços públicos, como acesso a energia elétrica e saneamento básico, o Estado atua diretamente no espaço urbano. Através do acesso limitado aos bens de consumo pela classe de menor poder aquisitivo, o Estado, dentro do sistema capitalista, possibilita "[...] um controle do uso do solo urbano e uma acumulação de riqueza e circulação da mais-valia pela exploração da força do trabalho" (Oliveira, 2013, p. 62). Isso coloca em evidência a dupla função do Estado, e o seu caráter contraditório, de atuar em função da acumulação do capital, ao mesmo tempo em que busca legitimar-se entre as classes sociais.

Ao enfocar na intervenção do Estado a problemática habitacional no Brasil,

Rodrigues (1988) afirma que essa ação se amplia na medida em que é criado "um conjunto complexo de programas e de ações desde a definição do valor do salário, à produção direta de habitações", realizadas por meio de instituições, órgãos e mecanismos que têm como objetivo tratar o déficit habitacional do país (Rodrigues, p. 54, 1988). Através do resgate de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) das estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, nas décadas de 1970 e 1980, busquemos então determinar a intervenção do Estado, suas dinâmicas e contradições, no âmbito da urbanização em Recife na década de 1980.

2.1. Intervenção do Estado no âmbito da urbanização em Recife na década de 1980

Ao longo do século XX, a atuação do Estado frente às sequelas da "questão social" abrangidas pela esfera da urbanização em Pernambuco corresponderam historicamente às necessidades de (1) controle político e reprodução do nascente proletariado, concentrado nas zonas de mocambos na capital, e (2) expropriação e capitalização da terra urbana que passou a se tornar progressivamente necessária a expansão comercial, industrial e administrativa da metrópole. Para entender melhor a atuação das instituições nas políticas de urbanização e habitação, este tópico intenciona caracterizá-las. As instituições e programas ligados a intervenção do Estado na esfera da urbanização, abrangidos nas experiências dos TCCs, foram os seguintes: a Companhia Habitacional do Estado de Pernambuco (Cohab-PE) (Fernandes *et al.*, 1986), o Sistema de Ações Comunitárias (Sac) (Ferreira *et al.,* 1981; Amaral *et al.,* 1984), e o Programa Prefeitura e o Povo na Proteção aos Morros, que faz parte do Sac (Cavalcanti *et al.,* 1988a; Cavalcanti *et al.,* 1988b). Esse leque de espaços institucionais era atravessado pela dinâmica sociopolítica típica da fase de distensão do Regime de 1964. Como se ressalta nesse balanço publicado em MEHSSPE (2024, p. 42):

> A progressiva tendência de luta do proletariado e setores oprimidos desencadeada na crise da Ditadura, reivindicando trabalho e salário dignos, direitos sociais e condições de vida, condicionou a emersão de um terreno ocupacional bastante particular para o Serviço Social na década de 1980. Algumas sendas abertas na aparelhagem estatal (ou através instituições privadas confessionais) que se constituía durante a abertura democrática passavam a convergir para intervenções que tinham como alvo tal movimentação sociopolítica e suas organizações, desenvolvendo órgãos, programas e projetos dedicados especialmente a ativação e/ou assimilação da mobilização, participação e ação comunitária, no mais das vezes inspiradas em preceitos oriundos da educação popular.

Em Recife, esse é também o cenário do agravamento da crise habitacional e urbana, historicamente expresso no problema dos mocambos, cortiços e morros que, frente a acentuação da crise econômica, torna-se um impulsionador dos movimentos sociais urbanos, reclamando condições dignas de vida, trabalho e direitos sociais e políticos. Com a distensão do regime e a eleição, por voto direto, dos governos estaduais a partir de 1982, e das administrações municipais de 1985 em diante, passa a ser um componente da dinâmica das relações de forças as disputas que se forjam na relação entre: de um lado, esse saldo de organização e mobilização, no qual se inclui também o movimento camponês, sindical e das camadas médias; e, de outro, o arco de protagonistas político-partidários interessados na disputa de cargos governamentais e na institucionalização dos processos de participação popular (MEHSSPE, 2024).

Entre as décadas de 1979 a 1982, Gustavo Krauser foi prefeito da cidade do Recife, através ainda do método indireto de nomeação pelo Governo do estado, então ocupado por Marco Maciel. Em seu discurso de posse, ressaltou que a política de desenvolvimento social de seu governo teria ênfase em atender as necessidades colocadas pelas "comunidades" como prioritárias, através de um processo de participação, pois "[...] o homem é a medida de todas as coisas e o social, a medida de todas as prioridades" (Krauser, 1972 *apud* Amaral *et al.,* 1984, p. 13). Para concretizar esse objetivo, a Secretaria de Planejamento e Urbanismo foi colocada para planejar o orçamento, as finanças, as atividades socioeconômicas, a modernização administrativa e supervisionar as ações da Empresa de Urbanização do Recife – Urb (Amaral *et al.,* 1984). Além disso, essa Secretaria também era responsável por coordenar o Sistema de Ação Comunitária (Sac), através do Programa de Desenvolvimento Comunitário/Projeto Recife. O Sac foi criado em fevereiro de 1980, com os seguintes objetivos: garantir a execução da política social da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR); promover a participação comunitária no processo de planejamento e execução de programas e projetos; estimular a participação da comunidade na resolução dos seus problemas; e coordenar todas as ações da PCR nas áreas de baixa renda, através da integração das ações das secretarias da Prefeitura (Ferreira *et al.,* 1981).

Para concretizar as ações do Sac dentro das comunidades, os Núcleos de Planejamento Comunitário (NPC), conhecidos como Barracões, foram criados atuando como meio de contato das "comunidades" com a Prefeitura. Seus objetivos eram: o

fortalecimento da estrutura da comunidade, através da formação do Conselho de Moradores; a implantação do Projeto Urbanístico, que previa serviços de aterro, limpeza da área, desapropriações, água, energia e construções de equipamentos comunitários; e a execução do Projeto Fundiário, que dizia respeito a legalização da posse da terra. Dados esses objetivos gerais, cada área teria, ainda, um planejamento próprio, de acordo com a realidade encontrada, desde o processo de hierarquização de necessidades até a estruturação ou fortalecimento de Conselhos de Moradores. O governo municipal passou a propagar a ideia de que o Barracão iria conduzir as soluções dos problemas comunitários, o que, ademais, cooperava para deslocar as aglomerações de movimentos reivindicativos da sede da Prefeitura para esses novos equipamentos sociais dispersos nos bairros.

Alguns barracões ainda funcionavam como forma da comunidade acessar serviços que não as atingiam, como emissão de documentos e atendimento médico (Ferreira *et al*., 1981; Amaral *et al.,* 1984). Nesse contexto, Ferreira *et al.* (1981) perceberam uma diferença entre o conceito de participação proposto pela instituição e sua operacionalização. Teoricamente, a participação da comunidade deveria acontecer desde a identificação de suas necessidades até a execução e avaliação de obras, porém era reduzida à opção de aceitar ou rejeitar as propostas da instituição.

Para Cavalcanti (1988a), a criação do Sac e dos Barracões evidenciou a desarticulação dos órgãos públicos, reproduzindo as instâncias burocráticas que intermediavam as relações do Estado e da sociedade civil. Além disso, para as autoras, esses serviços se desenvolveram de forma a reforçar relações clientelistas e paternalistas, provocando: descredibilidade no serviço; relação "viciosa" entre movimento popular e poder público, através da troca de favores; e a cooptação das classes populares pelo poder estatal, com consequente desarticulação de entidades representativas e controle do movimento popular. Assim, para responder à necessidade de intermediar essas relações, Jarbas Vasconcelos, prefeito de Recife entre os anos de 1986 até 1988, entendeu que uma proposta democrática exigiria algo além de descentralizar os serviços. A resposta de seu governo foi "[...] criar canais capazes de incorporar a participação efetiva das camadas populares" (Cavalcanti *et al.*,1988a, p. 21). Nesse sentido, o Programa Prefeitura nos Bairros (PPB) foi elaborado como um canal institucional de participação popular, com o objetivo de "implantar ações necessárias à consolidação do processo de democratização

da gestão municipal [...], de modo a criar um sistema administrativo descentralizado e fundamente caracterizado pela participação popular nas decisões e ações do governo" (Garcia, 1987 *apud* Cavalcanti *et al.,* 1988a, p. 24).

Entre os subprogramas e projetos englobados pelo PPB, estava o Programa Prefeitura e o Povo na Proteção aos Morros (PPPM), executado pela Urb-Recife, que visava minimizar os problemas de deslizamentos de barreira nas encostas de Recife. O programa dava ênfase ao "protagonismo comunitário", assim, a participação das "comunidades" através de entidades e grupos organizados passaram a ser encarados como essenciais para viabilizar sua execução (Cavalcanti *et al.*,1988a; Cavalcanti *et al.,* 1988b).

Paralelo a elaboração do PPPPM, foi realizada a reestruturação do Sac, para que este realizasse o acompanhamento social das obras. Chegou-se a uma proposta específica, o Programa de Acompanhamento Social, onde o acompanhamento social teria sua atuação voltada para o respeito às diversas formas de organização popular (Cavalcanti *et al.*,1988a; Cavalcanti *et al.,* 1988b). Para Cavalcanti *et al.* (1988a), os avanços observados no que se refere ao processo de participação popular na gestão das políticas públicas não foram significativos para o processo de transformação social nas relações de dominação entre Estado e sociedade civil. As autoras também refletiram que as atividades que visavam a troca de saberes não foram uma constante ou uma preocupação de todos os grupos de trabalho que formaram a equipe de acompanhamento social.

Outra forma do Estado atender o aspecto social de suas políticas e transformá-lo em instrumento ideológico para assimilar a "participação" dos moradores nos programas governamentais foi o Projeto Físico-Urbanístico Mustardinha/Mangueira, mais conhecido como Promorar (Fernandes *et al*., 1986). Este foi elaborado pela Companhia Habitacional do Estado de Pernambuco (Cohab-PE), de acordo com as diretrizes da Fundação do Desenvolvimento Metropolitano (Fidem). A Cohab elaborava projetos através da Diretoria de Programas Especiais, e os submetia para aprovação do Banco Mundial, que os financiava – o orçamento previsto em 1983 foi de CR$19 bilhões de cruzeiros, para ser executado em 4 anos (Fernandes *et al.,* 1986). O Promorar tinha como pretensão atingir cerca de doze mil famílias localizadas em áreas periféricas em Recife, para realizar uma função corretiva de áreas de "invasão", e possuía como objetivos: a

melhoria das condições de vida da população de baixa renda; a legalização do uso e posse de terra; e a urbanização da área, através de serviços de infraestrutura (Fernandes *et al.,* 1986).

A implementação do Promorar na Mustardinha visou primeiramente repassar o título de posse da terra aos ocupantes dos terrenos, para posteriormente investir na urbanização do lugar, incluindo a pretensão de desapropriar 96 famílias da área. Fernandes *et al.* (1986) verificaram que os serviços de urbanização da área seriam incluídos nas prestações que os moradores precisariam pagar, o que evidenciou para elas o interesse institucional de mercantilização. A não fixação do preço dos lotes desde o início do projeto era uma preocupação dos moradores, visto que a maioria não possuía recursos financeiros para arcar com as prestações, mesmo que irrisórias. As autoras constataram que a Cohab tinha conhecimento desse fato, por uma pesquisa que a instituição realizou na área em 1982, com o objetivo de colher dados sobre a situação socioeconômica da população.

Com isso, as autoras analisaram que o programa da Cohab funcionava como mais um programa de desenvolvimento da comunidade, que se encarregava de propagar uma mistificadora ideologia de participação social. O Estado poderia controlar as reivindicações da classe trabalhadora, procurando legitimar-se através da problemática habitacional (Fernandes *et al*., 1986). Face a isso, evidencia-se uma tendência geral assinalada por Netto (2011, p. 28), segundo a qual, mesmo com a necessidade de responder demandas sociais para legitimar-se politicamente, "[...] no nível do sistema político, a tendência do capitalismo monopolista tem sido a de esvaziar os instrumentos de participação sócio-política - e, quando possível, promover a sua evicção".

Percebemos que, a partir da experiência prática na área de estágio, as autoras dos TCCs progressivamente despertam para um olhar crítico sobre o caráter contraditório das políticas de urbanização nas quais estava imerso seu cotidiano. Sabemos que nos fundamentos do Serviço Social se amadurece teoricamente a leitura dialética e histórica sobre tal fenômeno através da elaboração e da pesquisa oferecidas por Iamamoto e Carvalho (2011, p. 81-82) no início dos anos 1980, mesma época das experiências investigadas neste estudo. Essa abordagem se reflete na determinação contraditória da própria instituição profissional:

> [...] Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. [...] Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas.

Acompanhando essa proposição, o estudo presente em *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* (Netto, 2011) define, numa angulação de ampla abrangência, que, para garantir os superlucros dos monopólios, as funções políticas do Estado mesclam-se com suas funções econômicas. Dessa forma, no estágio do capitalismo monopolista, o Estado se torna o "comitê executivo" da burguesia monopolista (Netto, 2011, p. 25-26), e para exercer essa função, ele deve legitimar-se politicamente a partir de direitos e garantias cívicas e sociais, que se tornam um componente de legitimação necessário para que ele continue desempenhando a sua funcionalidade econômica (Netto, 2011, p. 27-28). Porém, destaca-se que as respostas às demandas das classes subalternas apenas podem ser oferecidas, na medida em que tornam-se passíveis de serem refuncionalizadas para atender aos interesses do próprio capital (Netto, 2011, p. 29).

3. Considerações finais

O estudo da intervenção estatal no processo de urbanização de Recife na década 1980 evidencia que as políticas de urbanização e habitação estiveram profundamente ligadas às determinações do desenvolvimento capitalista dependente e às estratégias de legitimação do Estado no contexto da ditadura civil-militar. A urbanização revelou-se como um campo de disputa, no qual o Estado atuou como agente de reprodução das relações sociais, buscando conciliar, de forma contraditória, as demandas da acumulação capitalista com a necessidade de responder, ainda que parcialmente, às expressões da "questão social".

A partir da análise dos TCCs das estudantes de Serviço Social, foi possível apreender que os programas e projetos implementados no período incorporavam, em seu discurso, elementos como participação comunitária e atendimento às demandas populares. No entanto, na prática, tais iniciativas frequentemente se configuravam como

mecanismos de controle social, cooptação e desarticulação dos movimentos populares, limitando a participação a formas institucionais e previamente delimitadas. Evidencia-se que as políticas de urbanização e habitação analisadas, ao mesmo tempo em que buscavam responder às demandas por condições de moradia, também operavam no sentido de viabilizar a valorização do solo, muitas vezes por meio de processos de desapropriação que atingiam diretamente as classes trabalhadoras.

Referências

AMARAL, A. S. do; LEITE, L. M. de A.; COSTA, V. L. B. **A dimensão política do aprendizado profissional**. Recife, 1984. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1984.

BLANCO JUNIOR, C. **A criação das regiões metropolitanas no processo de urbanização brasileiro**. In: XII Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo**,** São Paulo-Lisboa, 2020. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2020.

CALVALCANTI, A. de C.; MENDONÇA, M. A. J. de; SANTOS, V. M. dos. **O Programa Prefeitura e o Povo na Proteção aos Morros** (algumas reflexões sobre uma gestão popular). Recife, 1988. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988a.

CAVALCANTI, A. E. de B.; SILVA, M. C. da; PAIVA, S. M. C. **Participação das comunidades no Programa "Prefeitura e Povo na Proteção aos Morros"**: avanços e entraves. Recife, 1988a. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988b.

ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia.** Boitempo: São Paulo, 2015.

FERNANDES, M. da S.; SILVA, M. S. da; ALMEIDA, M. de F. **Os mecanismos de desmobilização utilizados pela Cohab na área favelada do Canal do ABC da Mustardinha**. Recife, 1986. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986.

FERREIRA, M. de L. de M.; MARINS, M. do C. S; MELO, S. M. M. **O controle institucional no processo de participação comunitária**. Recife, 1981. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1981.

GOMINHO, Z. de O. **Veneza Americana x Mucambópolis - O Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40).** Recife: Cepe, 1999.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** Editora Cortez: São Paulo, 2011.

NASCIMENTO, L. M. D. do. Recife: uma capital do nordeste no capitalismo tardio. **História Unicap**, v. 1, n. 2, p. 126-142, 2014.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** Cortez Editora: São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, V. **A produção capitalista do solo urbano e a ação do estado na questão da habitação no brasil**. Revista Geoaraguaia, v. 3, n. 2, p. 56-82, 2013.

PROJETO MEMÓRIA E HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL EM PERNAMBUCO (MEHSSPE). **RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM PERNAMBUCO NA DITADURA: inventário do acervo**. Recife, 2024.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1998.

ROLIM, A. M. P.; AMARAL, M. C.; ANTONINO, R. M. S.; MENEZES, S. L. de. **No cotidiano da vida a prioridade é para quem vive a vida. Recife**, 1986. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986.

VIEGAS, D. H. **Território, ditadura e desenvolvimento: perspectivas históricas sobre os programas de regionalização no Brasil**. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**,** v. 22, 2020.